

Participação Social no Governo Lula: Os Casos do CDES e do CNDI

Mariana Peluso de Araujo¹

Resumo

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 traz em seu bojo, além da promessa de manutenção da estabilidade econômica alcançada por seu predecessor, uma expectativa em relação a abertura do Estado ao diálogo com a sociedade e, ao mesmo tempo, o reconhecimento do papel do Estado no desenvolvimento econômico e social. A criação de diversos conselhos e de formas de interface socioestatal no período de seu governo (2003-2010), cujo planejamento já vinha desde sua campanha eleitoral, é aqui analisada a partir dos casos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Buscamos avaliar sua composição, sua estrutura e seu funcionamento ao longo do período em questão.

Abstract

The victory of Luís Inácio Lula da Silva in 2002, in addition to the compromise of maintaining the economical stability built by the previous Administration, brought the expectation for an open dialogue between state and society, and, at the same time, the acknowledgement of the relevance of state regarding the economical and social development. This paper aims to analyze, through a case study of the National Council for the Economic and Social Development and the National Council for Industrial Development, the establishment of several Councils and other channels of interaction between state and society – whose conception comes from the presidential campaign – during Lula's Administration (2003 – 2010). In order to reach the purposes of this research, this paper assesses the composition, the framework and the modus operandi of both Councils during the aforementioned period.

Introdução

Após três derrotas consecutivas em eleições anteriores, Luiz Inácio Lula da Silva vence o pleito presidencial de 2002 pelo Partido dos Trabalhadores, apoiado por uma ampla coligação partidária. Por conta da crise no mesmo ano, com mercados receosos das mudanças que poderiam advir de sua eleição, Lula buscou, em discursos e em novas alianças, reafirmar a manutenção da política macroeconômica do governo Fernando Henrique Cardoso em prol da estabilidade política e econômica do país. Este posicionamento, mais ao centro do espectro político, favoreceu a ampliação dos setores sociais que o apoiaram relativamente a momentos anteriores.

Se a manutenção da política macroeconômica era vista como necessária por alguns setores, a sua eleição também foi marcada por uma expectativa de mudanças na política nacional, especialmente no que se refere ao papel do Estado e sua relação com a sociedade. Desde sua campanha em 2002, Lula reforçou a ideia de um novo modo de atuação do governo, baseado em amplas consultas, evitando tomar medidas de forma

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da UFRJ - PPED/UFRJ.

insulada. Também constava de sua campanha o compromisso com questões sociais, uma bandeira histórica do Partido dos Trabalhadores. Na *Carta ao povo brasileiro*, de 2002, além de elaborar um plano geral em que se compromete a manter os ganhos e a estabilidade do governo FHC, Lula afirma que:

O novo modelo [de desenvolvimento] não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. (Lula, *Carta ao povo brasileiro*, 22 junho de 2002)

O teor deste discurso se repete na fala de Lula ao Congresso após sua eleição (2003), bem como em diferentes documentos do governo. O que podemos verificar é que este novo modo de governar não se restringe ao discurso, mas também se traduziu na ação governamental. Em todos os Ministérios e programas de governo, são construídas formas de interação socioestatal, desde as mais simples, como telefones de atendimento ou conferências esporádicas, até modificações institucionais mais arrojadas, como a criação de conselhos em diferentes áreas.

A pesquisa de Roberto Pires e Alexandre Vaz (2012) traz um mapeamento dos canais de articulação entre Estado e sociedade nos últimos anos, inseridos nos dois Planos Plurianuais (PPA) elaborados nos dois mandatos de Lula: 2004-2007 e 2008-2011. De acordo com os referidos autores, é possível verificar, no período em questão, três indícios positivos:

i) uma variação positiva no volume de programas com interfaces socioestatais; *ii)* um processo de diversificação de órgãos que passaram a adotar estes mecanismos em seus respectivos programas ao longo dos anos; e, por fim, *iii)* um incremento do número médio de interfaces socioestatais nos programas de órgãos que já adotavam estes mecanismos no primeiro ano considerado. (Pires e Vaz 2012: 4)

Se, em 2002, início do período analisado pelos autores, 81% dos programas de governo contavam com algum tipo de interface socioestatal, em 2010 mais de 90% dos programas governamentais os possuíam. Além disso, verificaram diferenças na qualidade dos tipos de interface socioestatal encontradas, caracterizando-as como *coletivizada*, cujas características são uma maior inclusão social e maior periodicidade (como os Conselhos setoriais, conferências temáticas, audiência pública e consulta pública); e *não coletivizada*, de menor inclusão e que não possui periodicidade. Este segundo tipo abarca as reuniões com grupos de interesse, com ouvidorias, entre *outros*

(sítios da internet, telefones, comitês gestores, etc.) (Pires e Vaz 2012: 9). Um dos elementos destacados pelos autores é o aumento das interfaces *coletivizadas* de quase 20% no período analisado.

Ao dividir as interfaces por classes temáticas, os autores afirmam que “é possível supor determinada relação de proximidade entre a interface socioestatal reunião com grupos de interesse e a classe temática Desenvolvimento Econômico” (Pires 2012: 19). Portanto, a criação de espaços como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e os Fóruns de Competitividade, que se caracterizam como *coletivizados* na classificação dos autores, seria uma exceção, pois a área econômica é considerada a de maior dificuldade para a concretização de arranjos coletivizados, que sejam permeáveis ao diálogo permanente.

Os autores apresentam três conclusões: a primeira, sobre o aumento consistente nos últimos anos de formas de interface socioestatal, atingindo quase 90% dos programas com pelo menos uma das possíveis formas. Segundo, há uma diversificação dessas formas de interlocução nos programas. Por último, destacam haver um padrão entre o tipo de interface utilizada e a área temática da política em questão. Nas palavras dos autores,

Enquanto interfaces como conselhos e conferências apresentaram maior vínculo relativo aos programas da área de proteção e promoção social, audiências e consultas públicas e reuniões com grupos de interesse apresentaram-se mais associadas às temáticas de desenvolvimento econômico e infraestrutura (Pires e Vaz 2012: 28).

Portanto, os autores apontam para uma dificuldade no estabelecimento, na área econômica e nos programas estabelecidos pelo governo da área, de arenas de interface socioestatal do tipo coletivizado, que mantenham o diálogo instituído ao longo do tempo. Não obstante, é o que ocorre desde o segundo governo FHC, com a criação dos Fóruns de Competitividade no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que tem seu ápice com a formação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial no governo Lula, órgão máximo de assessoramento da Presidência da República para a área de política industrial, ambos constituindo-se em arenas de debate sobre a política industrial, que contam com periodicidade e com a participação da sociedade civil.

Dois conselhos, apesar de suas diferenças substanciais, se destacam dentre os novos arranjos institucionais criados no governo Lula: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial

(CNDI). O objetivo deste trabalho consiste em apresentar estes conselhos e seus respectivos funcionamentos, especialmente no que se refere a sua composição, observando as diferenças e as aproximações que, certamente, irão refletir na sua criação e em sua efetividade como arenas de diálogo entre o Estado e a sociedade. Além da pesquisa documental e da literatura especializada, foram realizadas entrevistas com membros da burocracia estatal, que estiveram diretamente envolvidos na criação e na organização dos conselhos durante o governo Lula.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Para além dos conselhos de desenvolvimento corporativos, que surgiram na Europa em meados do século passado, ligados às experiências da social-democracia, servindo como estrutura corporativa de negociação entre governo, trabalhadores e empresários, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) possui caráter socioestatal (Fleury 2006).

Fleury, que participou ativamente da construção do CDES como conselheira, argumenta que, no século XXI, há uma maior organização da sociedade civil, ao lado de demandas por uma nova *institucionalidade democrática*, de cunho deliberativo. Em sua visão, a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) seria um exemplo desta nova institucionalidade, ou, pelo menos, uma tentativa nesse sentido.

Os conselhos não são uma novidade na política brasileira. Em nossa história republicana, tivemos algumas experiências, como o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, em 1944, a criação do Conselho Nacional de Economia, e o Conselho de Desenvolvimento Industrial, no segundo governo de Getúlio Vargas. Lembramos também os diversos Grupos Executivos criados por Juscelino Kubitschek para a realização do Plano de Metas, bem como o uso de conselhos pelos governos militares.

Em 1991, durante o governo Collor, foram instaladas as Câmaras Setoriais, que abarcavam representantes dos trabalhadores, um avanço importante no reconhecimento destes como atores políticos a ocuparem um lugar institucionalizado. No entanto, o debate de então se encontrava circunscrito à política de preços para combater a inflação. (Diniz 1999).

O CDES foi criado² em 1º de janeiro de 2003, por meio de medida provisória pelo presidente Lula. Ele pode ser considerado como um exemplo dessa inovação na articulação entre o Estado e a sociedade, pois, além de contar com conselheiros representantes dos trabalhadores e dos empresários, estão presentes também membros de diversos movimentos sociais, intelectuais e personalidades, buscando representar a sociedade como um todo³. O presidente do CDES é o próprio Presidente da República, e o governo é representado por conselheiros.

Em sua concepção original, contida no Programa de Governo de Lula (2002), seria estabelecido o Conselho de Desenvolvimento Social para enfrentar as questões históricas de desigualdade no país e firmar um novo pacto social, o que se consolidaria, ainda durante a campanha, com a incorporação do elemento “econômico”. De acordo com Ribeiro :

Esta é uma grande mudança na concepção do que seria o Conselho, ainda antes de Lula ser eleito. A hipótese que se levanta é que esse movimento estaria relacionado à configuração de alianças durante a campanha. (...) Os empresários ocuparam, desse modo, um papel importante na coalizão de apoio a Lula e a forma como o CDES foi concebido estaria estreitamente relacionada a essa aproximação (Ribeiro 2010: 5-6).

Em pesquisa realizada a partir do sítio do CDES na internet, entre 2010 e 2011, foi possível observar algumas características da composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Os conselheiros foram escolhidos pelo presidente Lula e empossados para um período de dois anos, podendo ser reconduzidos nos biênios seguintes. Verificamos que, dos representantes da sociedade civil na instalação do CDES, vinte se mantiveram como conselheiros até o final do governo, em 2010.⁴ Destes, doze se encaixam na categoria

² Segundo Ribeiro (2010), já haviam ocorrido reuniões informais durante a campanha eleitoral de 2002, num esforço para a construção de alianças e de respaldo social para a candidatura de Lula: “Em setembro de 2002, Lula reuniu-se não só com parcela representativa do empresariado nacional, como também com sindicalistas, representantes de movimentos sociais, acadêmicos e profissionais liberais para propor um pacto social. Tal proposta se tornou uma marca registrada de sua campanha e instrumentalizou-se, mais tarde, com a criação do CDES”. (Ribeiro, 2010: 4)

³ Em sua versão original o CDES contava com 82 conselheiros da sociedade civil, sendo 41 do setor empresarial, o que provocou reclamações e pressões no sentido de uma maior igualdade na sua composição. Em maio de 2003 o governo altera para 90 o número de conselheiros. (Ribeiro, 2010: 9-10) Apesar de pela primeira vez formar um grupo tão heterogêneo num conselho, o número de representantes dos empresários ainda é bastante significativo: 41 em 90 conselheiros da sociedade civil.

⁴ Os membros da sociedade civil que se mantiveram são: Abílio Diniz, Altemir Tortelli, Amarílio Proença de Macedo, Antoninho Trevisan, Antônio Neto, Daniel Feffer, Fábio Barbosa, Ivo Rosset, Jorge Gerdau Johannpeter, Jorge Nazareno Rodrigues, José Antônio Moroni, José Carlos Bumlai, Joseph Couri, Marcio Lopes de Freitas, Maurílio Biagi Filho, Paulo Vellinho, Rodrigo Loures, Sergio Haddad e Vivivane Senna.

empresariado, cinco como representantes de *trabalhadores* e três da *sociedade civil*, claramente com uma permanência maior para os membros do primeiro grupo.

A inovação do CDES pode ser observada na sua abrangência em termos de composição e na sua função, pois não se restringe a políticas específicas ou setoriais, mas discute os caminhos do desenvolvimento econômico e social e a construção de um novo pacto social, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária (Documentos SEDES; Costa 2008; Ribeiro 2010), sendo um órgão consultivo ligado diretamente a Presidência da República no governo Lula.

Segundo entrevista com um dirigente da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES, que participou desde o início de suas atividades, o CDES possui características que o distinguem enquanto espaço de diálogo em relação a outros conselhos criados no período. Primeiramente, porque não se trata de um conselho setorial, com uma temática específica, mas sim de um conselho cujo tema é o desenvolvimento, podendo gerar discussões sobre as mais variadas áreas governamentais, como educação, saúde ou macroeconomia. Outra característica importante é a composição plural do conselho, que envolve tanto o setor produtivo, como trabalhadores, representantes de movimentos sociais organizados e intelectuais.

O CDES não possui uma regra estabelecida acerca da sua composição por categorias (etária ou de gênero, por exemplo) ou origem, ainda que se faça um esforço no sentido de manter um certo equilíbrio na representação dos diferentes grupos ali existentes. Ainda de acordo com o ex-dirigente da SEDES, essa característica permite uma grande mobilidade, visto que organizações empresariais ou do terceiro setor, de acordo com mudanças internas, podem variar no interesse e na participação efetiva dentro do conselho ou na sua abertura ao diálogo, o que permite manter pessoas de relevância no interior do conselho mesmo quando elas se desligam de suas organizações originárias.

Por conta de sua abrangência, o CDES é chamado de “Conselhão” por burocratas. Além das diferenças apontadas com relação aos outros conselhos, e pelo fato de ser um conselho consultivo, e não deliberativo, o CDES confere aos conselheiros maior liberdade no debate sobre os mais variados temas e permite que se chegue a consensos básicos para discussões posteriores.

Autores que se debruçaram sobre o tema (como Costa, Ribeiro e Tapia) apontam para esse período inicial como de convívio entre os diferentes setores ali representados e de aprendizado do diálogo no interior do CDES.

O CDES possui duas formas principais de atuação: as *reuniões do Pleno*, onde todos os conselheiros estão presentes, inclusive o Presidente da República, e os *Grupos Temáticos* ou *de Trabalho* (GTs). Nestes últimos, são discutidos e aprofundados temas propostos pelo governo ou pelo próprio CDES. Os GTs são coordenados por membros do governo, por representante do Ministério da área temática e por dez conselheiros, podendo também agregar cidadãos convidados.

[É ali que acontecem] a discussão, os debates e confrontos de interesses. Estss pequenos fóruns são os espaços nos quais a participação efetiva e a capacidade de negociar e deliberar são exercidas plenamente. É quando adversários e antagonistas se encontram face a face. Neles nasceram as principais propostas do Conselho (Costa 2006: 151).

A relevância e a centralidade dos GTs é reafirmada por entrevistas com membros da SEDES, pois as reuniões do Pleno, mais esparsas e com um número muito maior de participantes, tornaria difícil o debate de todas as questões em profundidade. Portanto, as principais discussões e estudos acontecem nos encontros desses grupos e é também ali o lugar das articulações com o propósito de alcançar os primeiros consensos para a posterior deliberação coletiva no Pleno.

A Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES) é a responsável por sua convocação e coordenação e possui um papel de grande relevância, pois organiza os debates, cuida da agenda do CDES e leva aos conselheiros as informações necessárias, alimentando o debate e buscando atingir o consenso em torno de temas. Conforme destacado pelos entrevistados, esse papel de articulador se faz tão necessário por conta da visão dos atores sociais tender a ser setorial, de acordo com a sua área de atuação e sua vivência. Além disso, a SEDES tem um papel fundamental na manutenção e na estabilidade do próprio Conselho, uma vez que possui orçamento e quadros próprios e mantém o funcionamento do CDES como âncora institucional, tornando as mudanças de governo, por exemplo, menos traumáticas para a institucionalidade do conselho.

Ao analisar o CDES no primeiro mandato de Lula, Jorge Tapia distingue três momentos ligados a sua coordenação e ao contexto político vigente: no primeiro ano, sob a gestão do ministro Tarso Genro, o Conselho buscou o estabelecimento de princípios e procedimentos que favorecessem a construção de propostas consensuais. Entre 2003 e o início de 2004, os consensos alcançados nas reuniões do Pleno foram condensados nas Cartas de Concertação, primeiros documentos construídos pelo CDES (Tapia 2007).

A segunda fase refere-se à gestão do ministro Jacques Wagner (fevereiro de 2004 a fevereiro de 2006), período que coincide com a crise política no governo, com a divulgação de práticas de corrupção e clientelismo no governo do Partido dos Trabalhadores, conhecida como Crise do Mensalão. Neste momento, passa-se da busca de consenso à negociação mais segmentada. Em agosto de 2005, foi lançada a Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), que foi elaborada dentro do GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento. A terceira fase, no início de 2006, marca o retorno de Tarso Genro, quando as propostas de políticas públicas, que tiveram origem na AND, são divulgadas como fruto da concertação e não apenas como projeto governamental. (Tapia 2007).

Apesar de enfrentar problemas comuns a uma composição tão heterogênea em busca de consensos e de conviver em contextos políticos adversos, a concretização do CDES e o seu amadurecimento institucional representam uma inovação bastante interessante para ouvir a sociedade sem utilizar mecanismos como partidos políticos. De acordo com Jorge Tapia, tendo como referência as experiências internacionais anteriores e a importância da relação entre as instituições e o desenvolvimento:

Coube papel importante, nessas configurações institucionais, aos conselhos econômicos nacionais na atuação como arena de debate, de consulta e, às vezes, de aconselhamento, proposição, ou mesmo de concertação no domínio das políticas econômica e social, inclusive, chegando à tarefa de elaboração dos planos de desenvolvimento econômico e social (Tapia 2007: 195).

Portanto, a criação do CDES e a posterior construção de uma Agenda Nacional de Desenvolvimento se apresentam como novas formas institucionais de concertação social, que podem fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas pelo Estado, e que se inserem no tecido social (*embedded institutions* de acordo com Peter Evans 2008).

Até 2005, a Secretaria do CDES é vinculada diretamente à Presidência da República, quando é realocada, institucionalmente, para a Secretaria de Relações Institucionais (SRI)⁵, o que favoreceu a estabilidade de ambos. Segundo Ribeiro, “a mudança teria feito com que a SEDES e o CDES deixassem de ser estruturas soltas

⁵ A partir das entrevistas realizadas verificamos que a realocação da SEDES na Secretaria de Assuntos Especiais (SAE) no governo Dilma provocou grande insatisfação, por ser considerada esta uma secretaria de menor importância e acesso à Presidência da República. Recentemente (2013) a Secretaria do CDES foi novamente remanejada, desta vez para a Casa Civil, em acordo com as demandas da SEDES.

dentro da Presidência e passassem a integrar o ‘coração do governo’” (Ribeiro 2010: 13).

Apesar de questões iniciais levantadas por autores⁶, em relação à organização do Conselho e sua conseqüente legitimação, perante o governo, a sociedade e seus próprios membros, as atividades do CDES mantiveram-se regulares e dinâmicas. Inicialmente, o CDES realizou cinco reuniões do Pleno anuais no período compreendido entre 2003 e 2006, reduzidas a quatro em 2007. Essas reuniões visavam favorecer o aprofundamento das questões elaboradas nos Grupos Temáticos. As demais atividades, como publicações, artigos elaborados pelos conselheiros, seminários e workshops dão mostras de uma existência ativa e concreta do Conselho e podem ser acessadas a partir do seu sítio na internet (www.cdes.gov.br). O fato de existir também uma grande quantidade de material disponível, inclusive acerca de sua organização, reuniões e grupos temáticos denota uma atitude voltada à transparência e à acessibilidade ao conjunto da sociedade.

A coordenação e a formulação de estratégias para o desenvolvimento no CDES, ancorada no debate entre os mais diversos setores sociais – empresários, burocracia, trabalhadores e membros do meio acadêmico – deram ao Conselho condições para a concretização de seus trabalhos. A incorporação de diversos pontos da Agenda Nacional para o Desenvolvimento e dos Enunciados Estratégicos para o Desenvolvimento no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Costa 2010: 6 e SEDES 2013) conferem ao Conselho prova de sua efetividade na incorporação de seus enunciados à política pública construída.

No entanto, sobre a questão da efetividade do Conselho, Costa (2010) afirma que :

A efetividade do Conselho reside em sua capacidade em disseminar ideias e em propor soluções negociadas para alguns dos problemas seculares do país. Muitas correspondem a demandas também seculares. Antigas no conteúdo, são novas pelo potencial de difusão social que carregam, dado o grau de adesão obtido em um universo representativo das principais forças e interesses da sociedade (Costa 2010: 2).

Composição do CDES

De acordo com Ribeiro (2010), em 2003, o CDES possuía 48% dos conselheiros vinculados ao setor empresarial, enquanto apenas 11% eram ligados a sindicatos de

⁶ Sonia Fleury, que foi conselheira durante os quatro primeiros anos do CDES, afirma que num primeiro momento houve problemas principalmente no reconhecimento de atores advindos dos movimentos sociais dentro do Conselho. (Fleury, 2005:16)

trabalhadores e 41% ao abrangente termo “outros”, situação que se manteve praticamente inalterada ao longo do governo Lula (Ribeiro 2010).

A partir dos dados existentes no sítio do CDES foi possível aferir a composição dos membros da sociedade civil representados no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). A pesquisa foi realizada por nós entre agosto de 2010 e fevereiro de 2011.

Dividimos os representantes em três grupos, a fim de melhor compreender a representatividade social dentro do Conselho: empresariado (empresários, representantes de entidades de classe e do setor financeiro), trabalhadores (em sua maioria vinculados a entidades de classe) e representantes da sociedade organizada e minorias (populações indígenas, movimentos feministas, movimentos negros etc.).

Durante os oito anos de funcionamento do Conselho (2003-2010), durante os dois governos de Luis Inácio Lula da Silva, passaram pelo CDES 176 representantes da sociedade civil. Destes, setenta e oito foram classificados como membros do empresariado, trinta e três vinculados aos trabalhadores e sessenta e cinco ligados a diversos movimentos sociais, minorias, intelectuais e outros representantes da sociedade civil:

Quadro 1. Composição do CDES (2003-2010)

Grupos	Número de membros	Percentual
Empresariado	78	44,3%
Trabalhadores	33	18,8%
Outros	65	36,9%
Total	176	100%

Dados agregados pela autora. Fonte: www.cdes.gov.br

No quadro acima podemos observar que o grupo empresarial é o de maior representação dentro do Conselho, seguido por membros da sociedade civil e por fim pelos representantes dos trabalhadores.

No que se refere à duração dos mandatos dos diferentes grupos dentro do CDES, o grupo empresarial manteve doze representantes ao longo dos oito anos e trinta e oito participaram do Conselho por cinco anos ou mais (49%). Já os trabalhadores com mais de cinco anos no Conselho somam um número menor - 13 (39%).

Quadro 2. Anos de permanência dos Conselheiros no CDES:⁷

Empresariado:

Quantidade de Representantes	Permanência no CDES (Anos)
6	1 (7,7%)
18	2 (23%)
14	3 (18%)
2	4 (2,6%)
38	5 -8 (49%)
Total: 78	

Dados agregados pela autora. Fonte: www.cdes.gov.br

Trabalhadores:

Quantidade de Representantes	Permanência no CDES (Anos)
2	1 (6%)
6	2 (18,2%)
11	3 (33,4%)
1	4 (3%)
5	5 -8 (39%)
Total: 33	

Dados agregados pela autora. Fonte: www.cdes.gov.br

Outros:

Quantidade de Representantes	Permanência no CDES (Anos)
5	1 (7,7%)
15	2 (23%)
13	3 (20%)
2	4 (3%)
30	5 - 8 (46%)
Total: 65	

Dados agregados pela autora. Fonte: www.cdes.gov.br

Portanto, podemos notar não só uma sobre-representação empresarial no seu percentual total em relação às outras categorias (mantendo uma taxa acima dos 45% ao longo dos anos) como uma permanência maior dos mesmos conselheiros originários do setor.

⁷ **Fonte:** Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: <http://www.cdes.gov.br> (pesquisa feita entre agosto de 2010 e fevereiro de 2011).

A Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) e o GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento

No princípio de 2003, é criado, no interior do CDES, o Grupo Temático Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento. Este GT concentraria as discussões sobre o desenvolvimento durante os dois primeiros anos de funcionamento do Conselho e reunia cerca de cinquenta dos 176 conselheiros, divididos em duas plenárias. Estas tiveram lugar no Rio de Janeiro e em São Paulo, e possuíam a mesma agenda temática, visando à estruturação de um conceito de desenvolvimento que fosse consensual e que culminaria na organização do Congresso Nacional de Concertação, em junho de 2004.

Em seu primeiro ano de existência, a agenda do GT Fundamentos Estratégicos foi marcada por reuniões e seminários sistemáticos, com assuntos referentes ao modelo de desenvolvimento econômico e social. As reuniões concentraram-se em seis pontos-chave: crescimento sustentado, desinformalização da economia, ampliação do mercado interno e do emprego, crescimento associado à distribuição de renda e à inserção internacional do país, produzindo enunciados estratégicos a serem apresentados no referido Congresso.

Os Ministérios do Planejamento e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, acrescidos da Secretaria Especial do CDES (SEDES), levantaram, nessa fase, os pontos consensuais entre os conselheiros para a construção de uma visão de futuro e dos enunciados. O esforço aconteceu, mesmo estando cientes de que as propostas elaboradas não seriam efetivadas imediatamente enquanto medidas administrativas ou políticas, pois o próprio Conselho não possui caráter deliberativo. No entanto, elas serviriam para nortear as ações governamentais futuras, visando o desenvolvimento num sentido amplo. A SEDES ainda foi responsável pela organização das reuniões plenárias, dos seminários e dos relatórios produzidos.

Apesar de ter seu funcionamento previsto somente até junho de 2004, o GT Fundamentos Estratégicos continuou funcionando após essa data, trabalhando para a consolidação e disseminação dos enunciados produzidos, até a elaboração da Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND) no ano seguinte.

O Termo de Referência, que marca a abertura do GT, afirma :

O objetivo maior do Grupo Temático [Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento] pode ser encarado como a promoção da concertação social, para a qual serão destinados os enunciados que caracterizam o modelo de desenvolvimento em construção. Este processo concentra particular ênfase na integração entre trabalhadores e empresários num projeto

nacional de desenvolvimento, sem que isso interfira em suas contendas salariais e profissionais. (Presidência da República / SEDES, 2003: 3)

O GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento do CDES integrou, na discussão do conceito consensual de desenvolvimento do governo Lula, diferentes setores da sociedade, muitas vezes com interesses antagônicos, numa perspectiva de planejamento do futuro do país. Apesar das posições diversas dos conselheiros acerca de determinados temas, dos conflitos entre empresários e trabalhadores, ou mesmo entre empresários de diferentes ramos, a busca por uma base consensual sobre os rumos do país foi concretizada no interior do CDES através das Cartas de Concertação⁸ e da própria Agenda Nacional para o Desenvolvimento (AND).

A AND foi lançada em 2005, após um processo de maturação de dois anos, onde o GT Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento teve o papel de agregar grande parte dos conselheiros do CDES, num esforço para pensar o futuro do país e o desenvolvimento sustentado. A Agenda Nacional para o Desenvolvimento apontou seis áreas problemáticas e traçou os seis objetivos consequentes a serem alcançados, como se vê no quadro abaixo:

Quadro 3. Diagnóstico e Objetivos da Agenda Nacional para o Desenvolvimento:

Âmbitos problemáticos:	Objetivos a alcançar:
I. Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça, com crescente concentração de renda e riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza ou miséria, diminuição da mobilidade social;	I. Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente;
II. Dinâmica da economia insuficiente para promover a incorporação do mercado interno potencial, suportar concorrência internacional e desenvolver novos produtos e mercados;	II. Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, desenvolvendo novos produtos e mercados e com participação relevante na economia internacional;
III. Infraestrutura logística degradada, não competitiva, promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais;	III. Ter uma infraestrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade nacionais;
IV. Inexistência de eficaz sistema nacional público/privado de financiamento do	IV. Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura

⁸ Paralelamente ao GT Fundamentos Estratégicos, entre fevereiro de 2003 e março de 2004 foram produzidos os primeiros documentos de consenso do CDES, as Cartas de Concertação. São seis Cartas, que demonstram como foram sendo construídos os consensos sobre os principais temas nacionais, no interior do Conselho, a partir de um texto inicial produzido pela SEDES e debatido nas reuniões do Pleno.

investimento, estrutura tributária irracional, regressiva e penalizadora da produção e do trabalho;	tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego;
V. Insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática, aparato estatal com baixa capacidade regulatória/fiscalizadora;	V. Instaurar a segurança pública e a paz social, um sistema judicial transparente, ágil e democrático, e um Estado que regule e fiscalize a contento;
VI. Baixa capacidade operativa do Estado, dificuldade para gerir contenciosos federativos, desequilíbrios regionais profundos, insustentabilidade da gestão de recursos naturais.	VI. Desenvolver um aparato estatal que opere, eficiente e eficazmente, um pacto federativo competente para lidar com conflitos, com equilíbrio entre regiões e capacidades de manejar recursos naturais de forma sustentável.

Fonte: Quadro retirado de Presidência da República / SRI / CDES / SEDES. Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND. 3A Edição, Brasília, 2010, página 15

A partir do cenário acima, são traçadas diretrizes estratégicas para alcançar os objetivos, detalhando as possíveis ações governamentais para tanto, o que inclui medidas para alcançar a equidade social e propostas de reformas tributária e judiciária, que objetivam articular os diferentes níveis de governo ou fortalecer as instituições existentes, como agências reguladoras, entre outras diretrizes. ,

O fortalecimento do Estado, na acepção de uma ação mais eficaz e eficiente, capaz de promover o desenvolvimento econômico e social, é evidente ao longo de todo o texto, bem como a necessidade da articulação do Estado com a sociedade para que as transformações estejam de acordo com as demandas sociais.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), vinculado diretamente à Presidência da República, foi criado em fins de 2004 e regulamentado em janeiro de 2005, como parte do esforço de construção de espaços institucionais em que governo e sociedade civil estabeleçam, em conjunto, metas para o debate e formulação de propostas para questões referentes aos problemas nacionais. O que distingue o CNDI de outros conselhos do gênero é exatamente a sua temática específica, voltada para o desenvolvimento do setor industrial no país.

O CNDI surgiu de uma proposta feita pelo representante da Confederação Nacional da Indústria dentro do CDES. O objetivo era o de criar um locus específico

para as discussões do setor industrial, cuja política se dispersava por vários organismos governamentais.

Para a CNI, as questões institucionais precisam ser aprimoradas, com uma melhor coordenação das diversas agências governamentais. Além disso, a entidade acredita que o engajamento do governo federal, organizando a estratégia de crescimento do país a partir da política industrial, poderá resultar em uma taxa de crescimento da economia bem acima dos padrões das últimas décadas.

(...) O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) tem como atribuição propor ao presidente da República políticas nacionais e medidas específicas orientadas ao desenvolvimento industrial. **Fruto de uma sugestão da CNI acolhida pelo governo, o CNDI foi implementado** pelo [Decreto 5.353/2005](#), que regulamentou o disposto no artigo 18 da [Lei 11.080/2004](#). (CNI, 2007. Grifo da autora).

Não obstante, a idéia da criação de um órgão centralizador da política industrial já estava difundida dentro do próprio governo Lula, visto ser o problema de coordenação da política pública industrial amplamente conhecido como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento no país (Suzigan e Furtado 2010).

O CNDI torna-se, portanto, o órgão superior de política industrial, de assessoramento da presidência da República. A legislação de sua criação deixa clara sua função de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do setor produtivo. No entanto, assim como o CDES, o Conselho não possui caráter deliberativo, mas sim consultivo e indicativo.

A composição do Conselho é paritária entre representantes do Estado e a sociedade civil e, em sua origem, era formada por catorze membros ligados ao setor produtivo e nomeados diretamente pelo Presidente da República, com mandatos de dois anos. Dentre esses, constam os presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Força Sindical e da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, representando os trabalhadores. Todos os outros são representantes originários do empresariado industrial.

O Conselho é presidido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e ainda conta com a participação dos ministros de Ciência e Tecnologia, Fazenda, Relações Exteriores, Planejamento, Orçamento e Gestão, Integração Nacional, Meio Ambiente, Minas e Energia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Trabalho e Emprego, Transportes, Chefe da Casa Civil da Presidência

da República, Chefe da Secretaria Geral da República e pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).⁹

O CNDI e a ABDI têm sua criação intimamente relacionada à primeira política industrial promovida pelo governo, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada em março de 2004. A função desses dois órgãos era a de fornecer subsídios para a política industrial, monitorar e avaliar a execução da mesma, bem como promover a inserção internacional da indústria.

Da atuação do CNDI no acompanhamento da política industrial a partir da PITCE, podemos destacar a edição da Medida Provisória 255, conhecida como “MP do Bem”, que desonera a atividade produtiva; a publicação do decreto 5.563 de 2005, que regula a Lei de Incentivos Fiscais à Inovação; a elaboração e aprovação de propostas preliminares de desoneração da cesta básica e da construção civil; a formulação da estratégia integrada em Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) e a estruturação da Iniciativa Nacional de Inovação (Fonte: www.abdi.com.br).

Nos primeiros dois anos e meio (2005 e 2007) de sua existência formal¹⁰, o CNDI promoveu catorze reuniões. Este período corresponde à atuação de Luiz Fernando Furlan como Ministro de Estado do MDIC e, portanto, à frente do MDIC e do CNDI.

Como órgão superior de coordenação governamental na área de política industrial, o Conselho apresenta as divergências inerentes às diferentes áreas governamentais ali representadas. No período inicial de suas atividades, o CNDI possuía dois blocos distintos, um desenvolvimentista – formado principalmente pelos ministérios do Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia e pelo BNDES, seguidos pelos ministérios setoriais – e outro de caráter fiscalista, representado pela Fazenda e pelo Banco Central.

Nesse sentido, o papel do ministro Furlan parece ter sido fundamental na direção do Conselho. Oriundo do meio empresarial, sem ligações partidárias e com relacionamento pessoal com o presidente Lula e boa parte do empresariado, Luiz Fernando Furlan é apresentado em todos os depoimentos que obtivemos como o elemento conciliador e agregador de interesses. Furlan foi capaz de usar seu capital

⁹ Em 2011, há uma alteração na composição do CNDI, que manteve a paridade na representação entre burocracia e empresários. Acrescentou aos representantes do governo os ministros da Saúde, da Defesa e as Secretarias de Aviação e de Portos da Presidência da República, acrescentando igualmente quatro componentes da sociedade civil (Decreto n 7580, de 2011).

¹⁰ De acordo com De Toni (2013) aconteceram reuniões informais, organizadas pelo Ministro do MDIC, desde 2003, mas não há registro oficial.

político dentro do Conselho, contando com o apoio do empresariado e demais ministros do bloco desenvolvimentista, para pressionar a Fazenda a aceitar medidas de desoneração ou outras que fossem favoráveis ao setor industrial, coordenando, assim, a ação do CNDI e tornando-a mais consistente.

De acordo com um dos entrevistados, essa ação contribuiu para a coordenação intragovernamental, gerando consensos importantes para que as discussões internas fossem acatadas pelos diferentes setores governamentais, criando um compromisso de todos em prol das grandes estratégias e diretrizes de desenvolvimento nacional. Sobre a organização e funcionamento do CNDI, é evidenciado que:

O governo não o usou para 'organizar fila', pelo contrário, perdia várias votações, várias discussões lá dentro, ou não era hegemônico. Não usou [o CNDI] pra ter legitimidade, ele, de fato, foi uma câmara, uma arena de grandes debates público-privado. Mas foi um raio num céu azul. Depois que o Furlan saiu e veio a crise, acabou-se. Foram quatro anos de virtuose democrática.

Composição CNDI

As reuniões do CNDI ocorriam neste período no Salão Oval do Palácio do Planalto, presididas pelo Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan. Em seu Regimento Interno, acerca de sua composição, além da paridade entre burocracia e empresariado, deve ser destacada a inexistência de suplência e assessores representantes, o que fortalece a representatividade e a sustentabilidade da instituição¹¹.

A participação do setor público era em nível ministerial e a do setor privado, as diretorias de entidades, como podemos observar no Quadro 5.

Quadro 5: Composição CNDI – Sociedade Civil - 2005

Membro Sociedade Civil	Vínculo Institucional
Armando de Queiroz Monteiro Neto	Confederação Nacional da Indústria
Amarílio Proença de Macedo	Grupo JA Macedo
Maurício Novis Botelho	EMBRAER
Marcus Vinícius Pratini de Moraes	Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carnes
Eugênio Emílio Staub	Grupo Gradiente

¹¹ Só era permitida a participação de técnicos governamentais e da sociedade civil para apresentação de temas relevantes aos debates.

Jorge Gerdau Johannpeter	Grupo Gerdau
Osmar Zogbi	Grupo Ripasa e Bracelpa
Luiz Carlos Delben Leite	Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos
Walquíria Pereira Aires	Federação das Indústrias de Brasília
Paulo Godoy	Associação Brasileira de Indústria de Base
Josué Gomes da Silva	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Grupo COTEMINAS
Luiz Marinho	Central Única dos Trabalhadores
Antonio dos Santos Neto	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
João Carlos Gonçalves	Força Sindical

Fonte: informações disponíveis no sítio MDIC www.mdic.gov.br. Organização da autora.

Como podemos observar a partir do quadro 5, dos catorze representantes da sociedade civil, apenas três eram originários de centrais sindicais, sendo os onze restantes representantes do empresariado nacional, e estes, sem vinculação estrita a Federações patronais, denotando mais uma diferenciação na origem dos conselheiros.

O que aparece, através das atas e entrevistas, é que, apesar de ter funcionado, ao menos por um período, como um local de debates importante, o CNDI não possuía, entre suas funções, a formulação da política industrial, mas debatia propostas que já haviam sido criadas e formuladas por diferentes instâncias governamentais.

A contribuição do CNDI para formulação da política pública é muito *top-down*. O governo tem centros de excelência ou centros de acúmulo de conhecimento muito fortes, mas infelizmente muito localizados, restritos até hoje. Por exemplo, o BNDES, a ABDI, algumas áreas do MDIC, do MCTI, da Fazenda, em especial a Secretaria de Política Econômica, alguns órgãos de apoio como o centro de gestão e estudos estratégicos que faz estudos importantes, a FINEP, enfim, você tem um mosaico de instâncias públicas que fazem reflexões sobre política industrial. Eventualmente, o MDIC ou a Casa Civil conseguem organizar essa orquestra, sistematizar alguma instância, algum grupo de trabalho que vai pensar as políticas.

A última reunião do CNDI no governo Lula data de 2007, marcando também a saída do Ministro Furlan e o início da gestão de Miguel Jorge. Os entrevistados destacaram a iniciativa e a força do Ministro Furlan na condução do CNDI, o que talvez não tenha ocorrido na gestão seguinte¹².

¹² Em entrevista, o ex-dirigente da ABDI afirma que foram organizadas pautas para reuniões do CNDI na gestão de Miguel Jorge, mas as reuniões simplesmente não aconteceram mais.

Através da lei nº 11.080, regulamentada pelo decreto nº 5.352, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial foi criada. A ABDI ficou incumbida de gerir a secretaria executiva do CNDI. Em seu texto original, teria como objetivo executar a Política Industrial do Brasil, junto ao Ministério da Fazenda e do BNDES.

O fato de ser uma Agência ligada ao governo federal, por contrato de gestão, fazendo parte do Sistema “S”, confere-lhe uma flexibilidade e maior liberdade de ação como, por exemplo, o fato de possuir orçamento próprio. No entanto, esse mesmo fato limita sua ação, pois impede que formule políticas públicas ou que possa, efetivamente, intervir na sua gestão, como estava previsto no texto de sua criação.

Esse posicionamento crítico é corroborado por Mansueto Almeida, que afirma:

A meu ver, esse formato de funcionamento da ABDI como uma agência fora do governo comprometeu a capacidade dessa agência de coordenar a política industrial. Desde sua criação, a ABDI não tinha poderes nem instrumentos de política para coordenar a complexa rede de relações com outros ministérios e instituições com relativa autonomia, como é o caso tanto do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quanto da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)” (Almeida 2009: 15-16).

Ciente dessa situação, o ex-dirigente da ABDI no segundo governo Lula, afirma, em entrevista, que a Agência vem se firmando no papel de coordenadora, a partir da interlocução e coordenação com diferentes organismos governamentais. Por estar à frente de uma agência nova, sem capacidade legal para formular ou executar a política industrial, tenta articular a política industrial às outras estruturas que detinham esse poder. Em suas palavras:

Então o que tentei fazer foi usar a ABDI como catalisador das grandes estruturas. Por isso, nós tínhamos uma reunião semanal, por isso nós tivemos várias reuniões juntando todas as pessoas que participavam da condução dos vários setores da PDP, por isso a idéia de ter um comitê de ministros, por isso a idéia do Miguel Jorge de pedir a Dilma que ela coordenasse esse comitê de Ministros para fazer com que as instâncias que têm efetivamente capacidade de interferência sobre as decisões estivessem participando de todo processo e se sentissem comprometidas com esse processo. Eu acho que a gente conseguiu razoavelmente. (...) Eu acho que o país, cada vez mais, está compreendendo essa necessidade de coordenação e de articulação, que também precisa ser feita no setor privado.

A ABDI é estruturada em três Conselhos: Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva.

Quadro 6: Estrutura ABDI

Órgãos	Entidades participantes	Função
--------	-------------------------	--------

Conselho Deliberativo	Governo: MDIC, MCT, MF, MPOG, MIN, BNDES e IPEA Entidades privadas: CNI, Apex-Brasil, CNC, Sebrae, CUT, IEDI, Anprotec	Órgão máximo da ABDI
Conselho Fiscal	Sociedade civil, MDIC e MF	Controle Interno
Diretoria Executiva	Escolhidos pela Presidência da República	Gestão

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir de dados encontrados no sítio www.abdi.com.br

O *Conselho Deliberativo* é o órgão máximo e, em sua composição, estão membros do governo e de entidades privadas ligadas ao tema. Ao todo, são trinta representantes (quinze efetivos e quinze suplentes) escolhidos por um período de dois anos, podendo ser reconduzidos apenas uma vez, representando cada uma das entidades envolvidas.

O seu *Conselho Fiscal* é composto por três membros: um membro da sociedade civil, um representante do Ministério do Desenvolvimento e um do Ministério da Fazenda, que possui a responsabilidade de fiscalizar a Agência e o seu controle interno.

A gestão da ABDI cabe à *Diretoria Executiva*, de acordo com o regulamento interno e a política aprovada pelo Conselho Deliberativo. A Diretoria é composta por um presidente e dois diretores, todos escolhidos pelo Presidente da República, por um mandato de quatro anos.

Ao contrário do CNDI, que teve seu funcionamento esvaziado após meados de 2007, e apesar das questões referentes a sua estrutura de funcionamento (como parte do Sistema S) não permitir que seja o órgão de coordenação governamental previsto em sua criação, a Agência apresenta grande atividade, tanto em sua articulação com outros órgãos governamentais e no monitoramento da política industrial do país, quanto na extensa produção de pesquisas para embasar as decisões governamentais e políticas. Em seu sítio na internet, podem ser acessados os diversos estudos temáticos e setoriais, o que permite, tanto para o setor público quanto para o privado, uma enorme gama de informações para o desenvolvimento industrial do país.

Considerações finais

Apesar dos conselhos aqui analisados serem relativamente novidades no arranjo institucional do país e, portanto, ainda em fase de amadurecimento e consolidação, podemos observar algumas tendências e principais diferenças.

Se ambos os conselhos se caracterizam pela representação social – mesmo que igualmente tenham uma sobre-representação do setor empresarial –, o CDES, sem dúvida, é mais amplo e heterogêneo em sua composição, tendo caráter societal, enquanto o CNDI mantém, como característica, a representação tripartite clássica que inclui governo, empresários e trabalhadores.

Enquanto o CDES possui grande visibilidade no interior do governo e tem suas atividades e produção divulgadas na mídia, com grande quantidade de material disponível para acesso público em seu sítio na internet, o mesmo não ocorre com o CNDI. As informações sobre as reuniões e os debates do Conselho Industrial são sigilosas e indisponíveis ao grande público.

Em relação a sua estabilidade e ao seu enraizamento na arquitetura institucional, o CNDI foi mais dependente da vontade política de seu dirigente do que o CDES, que, desde sua formação, em 2003, não interrompeu suas atividades. Em parte, o papel de sua secretaria, a SEDES, parece ter sido de fundamental importância para a manutenção das reuniões e das atividades, mesmo nas mudanças de governo.

Apesar de serem novos arranjos institucionais e, portanto, em fase de consolidação, sua criação e sua manutenção (mesmo que precariamente, no caso do CNDI) denota um esforço governamental no sentido de uma maior abertura ao diálogo e à interação social, visando ao desenvolvimento econômico e social do país, o que pode ser verificado a partir de sua produção e dos debates travados nessas novas arenas, o que, para uma jovem democracia como a nossa, é um grande passo.

BIBLIOGRAFIA

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Série Cadernos da Indústria.
Delgado, I. J. G. (coord). Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha. (Relatório Síntese). Brasília: ABDI, 2010.

- Almeida, M. Desafios da Real Política Industrial Brasileira do Século XXI. Texto para discussão 1452 IPEA. Brasília, dezembro de 2009.
- Costa, V. M. R. O CDES e a Agenda Nacional de Desenvolvimento: um modelo de diálogo social. (disponível em www.cdes.gov.br)
- Costa, V. M. R. Os Conselhos do CDES: experimento sem conclusão *Revista Inteligência*, n. 32, pp. 146-161. 2006
- Costa, V. M. R. CDES: o aprendizado do pacto. *Revista Inteligência*, n. 41, pp. 138-151. 2007
- Diniz, E. Depois do Neoliberalismo: rediscutindo a articulação Estado e desenvolvimento no novo milênio. In: BOSCHI, Renato (org). *Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- Diniz, E. Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento em Países Emergentes. *Desenvolvimento em Debate*. vol. 1, nº 1, p.7-27, 2010.
- Diniz, E. (org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento: Dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007
- Diniz, E. Empresário, Estado e Democracia: uma avaliação dos dois primeiros anos do governo Lula. 2006. In: Dias, M. R.& Pérez, J. M. S. *Antes do Vendaval: Um diagnóstico do governo Lula antes da crise política de 2005*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- Diniz, E. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- Diniz, E. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930 – 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- Diniz, E. ; Boschi, Renato. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- Diniz, E. ; Boschi, Renato. *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- Dulci, L. S. Participação e mudança social no governo Lula. In: SADER, Emir e GRACIA, Marco Aurélio (org.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Evans, P. *Constructing the 21st century Developmental State: Potentialities and Pitfalls*. South Africa, June 2008.

- Evans, P. Harnessing the State: Rebalancing Strategies for Monitoring and Motivation. In: Lange, M. ; Reuschmeyer, D. *States and Development: Historical Antecedents of Stagnation and Advance*. London: Palgrave Macmillan, 2005.
- Evans, P. The Challenges of the “Institutional Turn”: New Interdisciplinary Opportunities in Development Theory. In: NEE, Victor & SWEDBERG, Richard. *The Economic Sociology of Capitalism*. Princeton University Press, 2005b.
- Evans, P. *Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- Evans, P. Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. *Revista de Economia Contemporânea*, n. 4, jul./dez. 1998
- Evans, P. The eclipse of the State? Reflections on Stateness in a Era of Globalization. *World Politics*. October, 1997.
- Fleury, S. O Conselho de Desenvolvimento Economico e Social do Governo Lula. In: Martins, Paulo Emílio Matos & PIERANTI, Octavio Penna (org.) *Estado e Gestão Pública: Visões do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- Leopoldi, M. A. P. Burocracia, Empresariado e Arenas Decisórias Estratégicas: Trajetórias do Neocorporativismo no Brasil (1939 a 1955). *Ciências Sociais Hoje*, 1992.
- Leopoldi, M. A. P. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- Ribeiro, D. *A construção institucional do CDES: uma dinâmica favorável ao desenvolvimento*. Observador On-line. v. 5, n. 12. Dezembro de 2010.
- Suzigan, W. ; Furtado, J. Instituições e Políticas Industriais e Tecnológicas: Reflexões a partir da experiência brasileira. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 40 (1): 7-41, janeiro – março 2010.
- Suzigan, W. ; Furtado, J. Política Industrial e Desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 26, nº 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006.
- Tapia, J. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional. In: Diniz, Eli (org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento: Dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- Vizeu, F. ; Bin, D. Democracia deliberativa: leitura crítica do caso CDES à luz da teoria do discurso. *Revista de Administração Pública*, Rio De Janeiro 42(1): pp. 83-108, Jan./Fev. 2008.
- Documentos:*

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *O Debate sobre Desenvolvimento no CDES* (Documento Síntese). CDES, 2010.

SEDES. *10 anos de CDES*. Brasília, 2013.